NGPM Fls. 174 CREDCIDADÃO

CONTRATO 06/2022

REF. PROCESSO ADM Nº 2021/319979
PREGÃO ELETRÔNICO SRP/DGL/SEPLAD Nº 09/2021
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 013/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI, O ESTADO DO PARÁ, POR INTERMÉDIO DO NGPM CREDCIDADÃO E A EMPRESA P1 CONSTRUTORA LTDA.

O Estado do Pará, por intermédio do **NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO – CREDICIDADÃO**, com sede em Belém, Estado do Pará, sito a Rua dos Mundurucus, nº 3852, Bairro Cremação, CEP 66.063-230, inscrito no CNPJ nº 19.513.382/0001-85, representado neste ato por seu **Diretor Geral em exercicio**, **JOÃO MARCEL CAVALCANTE DA COSTA,** brasileiro, casado, servidor público, portador da Cédula de Identidade nº 4193241- PC/PA, CPF nº 697.245.802-10, residente e domiciliado na Rua Acapu nº 503, Condominio Denpasa, bairro Livramento, CEP 68798-000, cidade Santa Barbará, Estado do Pará, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **P1 CONSTRUTORA LTDA**, CNPJ: 20.755.228/0001 – 07, NIRE 13200824504, com sede no Endereço: Rua Nova Palma Nº 100 QD 67, Cj. Vieiralves, Bairro Nª Sª das Graças, Manaus Estado do Amazonas CEP: 69053 – 578, Fone: (092) 3346 – 9115 / 98201 – 2747, E-mail: bessahelio@live.com, representada neste ato por **JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA,** brasileiro, divrciado, advogado, RG nº 12058807, SESEP/AM, residente e domiciliado em Manaus, Estado do Amazonas sito à Alameda Carlota Bomfim, nº 3269, Condomínio Passaredo, Casa 126, Bairro Ponta Negra, CEP 69.037-145 doravante denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente contrato, em conformidade com o Pregão Eletrônico n° 09/2021, e a legislação vigente especialmente com as Leis nº. 10.520/02 e nº. 8.666/93 e mediante as cláusulas e condiçõesque reciprocamente se outorgam e se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1 O presente Contrato, bem como os casos neles omissos, regular-se-ão pela Lei n.° 10.520, de 17 de julhode 2002, Lei 6474, de 06 de agosto de 2002, Decreto Estadual nº 534, de 04 de fevereiro de 2020, Decreto n°877 e 878, de 31 de março de 2008, Decreto Estadual nº 991 de 25 de agosto de 2020, e no art. 54 c/c o incisoXII, do art. 55, da lei 8666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no Edital de Licitação n° 09/2021 (Pregão Eletrônico) e aos termos da proposta vencedora.

JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Assinado de forma digital por JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Dados: 2022.09.15 11:35:29 -04'00'

NGPM FLS. 175 CREDCIDADÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

3.1. A minuta deste Contrato foi aprovada pela Assessoria Jurídica da **CONTRATANTE**, conforme parecer **ASJUR N° 140/2022**, nos termos do inciso IX, do art. 8º, do Decreto Estadual nº 534 de 04 de fevereiro de 2020 c/c o parágrafo único do art. 38, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA – DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

4.1. O Diretor Geral do NGPM Cedcidadão têm competência para assinar este Contrato e seus documentos decorrentes em nome da **CONTRATANTE**, como Ordenador de Despesas.

CLÁUSULA QUINTA– DO OBJETO

5.1. O presente Contrato tem como objeto a prestação de **serviços eventuais de manutenção predial, preventiva e corretiva**, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos, para os órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, situados na Região Metropolitana de Belém (Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará), e nas cidades de Breves, Itaituba, Tucuruí, Santarém, Marabá, Altamira, Cametá, Capanema, Redenção e Parauapebas, em conformidade com as especificações, qualidade e condições gerais estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital, prestado pela CONTRATADA à CONTRATANTE, consoante estabelecido no Processo Licitatório Nº. 2021/319979.

5.2. Passam a fazer parte integrante deste Contrato, sob a forma de anexos, como se nele fossem transcritos, no seguinte documento:

a) Edital licitatório.
b) Proposta Comercial.
c) Termo de Referência (Anexo I do Edital).

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O objeto deste Contrato será executado de acordo com as especificações contidas no Termo deReferência, Anexo I do Edital licitatório, especificamente nos itens de 6 a 14, ou no que couber, conforme a demanda do Órgão Contratante, guardando consonância à demanda constante na Tabela de Demanda, AnexoVIII do Edital.

6.2. A execução dos serviços será iniciada a partir do recebimento da Nota de Empenho Inicial e as demais demandas a partir do recebimento da Ordem de Serviço ou Instrumento Equivalente, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA MANUTENÇÃO PELA CONTRATADA DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

7.1. Obriga-se a **CONTRATADA** a manter, durante a vigência contratual, todas as condições demonstradas para habilitação na Licitação efetuada, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas, e, deverá atualizar os documentos cuja validade expire durante a vigência contratual, bem como garantir o cumprimentodas obrigações assumidas;

7.2. A **CONTRATANTE** deverá ser informada sempre que houver alteração do Contrato

JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:472894 81291 Assinado de forma digital por JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Dados: 2022.09.15 14:35:46 -03'00'

NGPM Fls. 176 CREDCIDADÃO

Social da Empresa, através do envio de cópia do contrato atualizado.

7.3. As empresas licitantes que declararam o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos de art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006 e 128/2008, atendendo às disposições constantes no arts. 42 a 45 do mesmo diploma legal, ou sociedade cooperativa que se enquadre nas condições dispostas no art. 34 da Lei 11.488/2007, desde que não elencada no rol constante do Termo de Conciliação judicial celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União em 05 de junho de 2003, deverão comprovar tal situação, apresentando seu Registro de Empresas Mercantis ou o Registro Civil de Pessoas Jurídicas, de acordo com o art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, devidamente atualizado. Talcomprovação deverá ser enviada no momento da solicitação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:

Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a **CONTRATANTE** se obriga a:

8.1.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento;

8.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através de servidor designado como Representante daAdministração, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas e recibos para fins de pagamento;

8.1.3. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;

8.1.4. Zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

8.1.5. Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

8.1.6. A **CONTRATANTE** poderá exigir o imediatc afastamento de qualquer empregado ou preposto

da **CONTRATADA** que causar embaraços à fiscalização, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem conferidas;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a **CONTRATADA, adicionalmente as obrigamos descritas no Anexo I, do** Edital de Licitação N° 09/2021, se obriga a:

9.1.2 Permitir e subsidiar com informações o acompanhamento e fiscalização por parte da contratante;

9.1.3. Apresentar relatório de fornecimento quando solicitado;

9.1.4. Assumir total responsabilidade por qualquer dano causado à CONTRATANTE, a seus prepostos ou terceiros, provocados por ação ou omissão, em decorrência da execução deste contrato, não cabendo à **CONTRATANTE**, em nenhuma hipótese, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes;

JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Assinado de forma digital por JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Dados: 2022.08.15 14:36:00 -04'00'

NGP
Fls. 172
CREDCIDADÃO

9.1.5. Manter durante a vigência do Contrato as mesmas condições para sua contratação com a AdministraçãoPública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal;
9.1.6. A **CONTRATADA** deverá indicar um responsável na qualidade de proposto, para representá-la durante a execução do contrato, bem como para dirimir questões ao mesmo relacionado;
9.1.7. Reconhecer os direitos da Administração previstos neste instrumento e na legislação pertinente em casode inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo da sua rescisão;

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO
10.1. Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a **CONTRATANTE, adicionalmente as regras e condições descritas no item 14, do Anexo I, do** Edital de Licitação N° 09/2021, procederá:

10.1.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento dos produtos e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, e serão exercidos por representantes designados pela **CONTRATANTE**, conforme o art. 67 da Lei n° 8.666/1993 c/c o art. 1º do Decreto Estadual 870, de 04 de outubro de 2013, ficando a CONTRATADA obrigada a atender às observações de caráter técnico do fiscal, que se acha investido de plenos poderes para:
10.2. Conferir se o objeto entregue está de acordo com as especificações técnicas exigidas;
10.3. Informar à Coordenação Administrativa e Financeira da **CONTRATANTE** as ocorrências que exijam decisões e providências que ultrapassem a sua competência;

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO
11.1. O pagamento será efetuado pela **CONTRATANTE** no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
11.2. O pagamento será creditado em favor dos Contratados dos órgãos da Administração Pública do Estadodo Pará mediante crédito e conta corrente do Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ, conforme determinao Decreto Estadual n.º 877 de 31 de Março de 2008.
11.2.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso IIdo art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
11.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
11.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema,mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de1993.

JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291
Assinado de forma digital por JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291
Dados: 2022.09.15 14:36:15 -04'00'

NGPM Fls. 178 CREDCIDADÃO

11.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.6. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentadaexpressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

11.6.1. O prazo de validade;

11.6.2. A data da emissão;

11.6.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

11.6.4. O período de prestação dos serviços;

11.6.5. O valor a pagar; e

11.6.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

11.8. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sançõescabíveis, caso se constate que a Contratada:

11.8.1. Não produziu os resultados acordados;

11.8.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

11.8.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.10. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutençãodas condições de habilitação exigidas no edital.

11.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo,apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.12. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito doórgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência **CONTRATADA** bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291

Assinado de forma digital por JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Dados: 2022.09.15 14:37:10 -04'00'

NGPM Fls 139 CREDCIDADÃO

11.13. Persistindo a irregularidade, a **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à **CONTRATADA** a ampla defesa.

11.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decidapela rescisão do contrato, caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a **CONTRATADA** inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de altarelevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da **CONTRATANTE**.

11.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termosdo item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

11.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão **CONTRATANTE**, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

11.16.1. Caberá a **CONTRATANTE** verificar se a LDO vigente mantém essa previsão, além de verificar junto ao SICAF, ou por outros meios, a eventual existência de vínculos dessa natureza.

11.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **CONTRATANTE**,entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguintefórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

(6 / 100) I = 0,00016438

I = (TX) I

= TX = Percentual da taxa anual = 6%

365

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O pagamento será creditado em conta corrente da **CONTRATADA** junto ao Banco do Estado do Pará, até 30 (trinta) dias a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, por meio de ordem bancária, devendo para isto ficar explicitado o nome da agência, localidade e número da conta correnteem que deverá ser efetivado o crédito, devendo a **CONTRATADA** estar em situação regular no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), relativas ao mês da competência.

JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Assinado de forma digital por JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Dados: 2022.09.1 14:37:24 -03'00'

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Será sustado o pagamento do evento, sem prejuízo das obrigações da **CONTRATADA**, quando a mesma deixar de cumprir as especificações e cláusulas contratuais vinculadas a tal evento.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - A **CONTRATANTE** efetuará os pagamentos mediante Ordem Bancária. Para tanto, a **CONTRATADA** deverá informar no documento de cobrança, o nome e o número dobanco, a agencia e conta corrente onde será creditado o pagamento. A Conta Corrente somente deverá estar em nome da **CONTRATADA**, de acordo com o Decreto Estadual n° 877, de 31 de março de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ATESTAÇÃO DA NOTA FISCAL/ FATURA

12.1. Caberá ao titular da **Área de Apoio Administrativo e Logística da CONTRATANTE,** ou servidor expressamente designado, a atestação das Notas Fiscais, Faturas e Recibos, objeto desta licitação, para efeito de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste Contrato constam do orçamento aprovado pela(o) diretor de planejamento da **CONTRATANTE** para o exercício de 2022, como a seguir especificado:

U.G: 960101

U.O: 11.122.1297.10

Atividade: 8338

Natureza da Despesa – 339039

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PREÇO

14.1. O valor global do presente Contrato é de R$ 190.835,00 (Cento e noventa mil e oitocentos e trinta e cinco reais), estando neleincluídos todos os impostos, fretes e demais encargos incidentes. Considerando os preços relacionados na planilha abaixo, os quais foram cotados na proposta de preços da **CONTRATADA**.

LOTE 1

MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESQUADRIAS

ITENS	COD SIMAS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO + BDI (R$)	VALOR TOTAL FINAL (R$)
5	23210-6	Ferragens p/ porta externa 1fl.	Cj.	3	R$ 145,00	R$ 435,00
6	23211-4	Ferragens p/ porta interna 1fl.	Cj.	14	R$ 150,00	R$ 2.100,00
7	23212-2	Portão de ferro em metalom (incl. Pint. Anticorrosiva)	M^2	20	R$ 359,00	R$ 7.180,00

JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291

Assinado de forma digital por JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Dados: 2022.09.15 14:37:38 -04'00'

NGPM Fls. 181 CREDCIDADÃO

13	23601-2	Porta em vidro temperado c/ ferragens – (sem mola)	M^2	20	R$ 609,00	R$ 12.180,00
21	23224-6	Portão de ferro 3/4" c/ ferragens (incl. Pint. Anticorrosiva)	M^2	10	R$ 420,00	R$ 4.200,00
MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE FERRAGENS						
24	23227-0	Fechadura de embutir com cilindro, externa, completa, acabamento padrão popular, incluso execução de furo - fornecimento e instalação af_12/2019	UND.	3	R$ 82,00	R$ 246,00
25	23228-9	Fechadura de embutir para portas internas, completa, acabamento padrão popular, com execução de furo - fornecimento e instalação af_12/2019	UND.	20	R$ 74,00	R$ 1.480,00
26	23230-0	Dobradiça em aço/ferro, 3"x21/2", e= 1,9 a 2mm, sem anel, cromado ou zincado, tampa bola, com parafusos. Af_12/2019	UND.	100	R$ 38,00	R$ 3.800,00
27	23609-8	Jogo de ferragens cromadas para porta de vidro temperado, uma folha composto de dobradiças superior e inferior, trinco, fechadura, contra fechadura com capuchinho sem mola e puxador. AF_01/2021	UND.	10	R$ 194,00	R$ 1.940,00
28	23610-1	Mola hidraulica de piso para porta de vidro temperado. Af_01/2021	UND.	2	R$ 715,00	R$ 1.430,00
30	23612-8	Mola hidráulica para porta	UND.	8	R$ 184,00	R$ 1.472,00
31	23613-6	Puxador em alumínio – 50cm	UND.	4	R$ 168,00	R$ 672,00
					TOTAL DO LOTE	**R$ 37.135,00**
LOTE 03						
MANUTENÇÃO E REPARO DE PINTURA						
36	23318-8	Aplicação e lixamento de massa látex em paredes, uma demão af_06/2014	M^2	2.000	R$ 8,05	R$ 16.100,00
37	23321-8	PVA externa (sobre pintura antiga)	M^2	2.000	R$ 8,65	R$ 17.300,00
38	23323-4	PVA interna (sobre pintura antiga)	M^2	2.000	R$ 8,90	R$ 17.800,00
39	23326-9	PVA interna c/ massa e selador	M^2	2.000	R$ 18,50	R$ 37.000,00
49	23342-0	Acrílica semi-brilho c/ massa e selador - interna e externa	M^2	2.000	R$ 29,00	R$ 58.000,00
53	23636-5	Anti-ferruginosa	M^2	300	R$ 25,00	R$ 7.500,00

JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Assinado de forma digital por JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Dados: 2022.09.13 14:37:52 -04'00'

NGPM Fls. 182 CREDCIDADÃO

TOTAL DO LOTE	**R$**	**153.700,00**
TOTAL DO LOTE 01 + LOTE 03	**R$**	**190.835,00**

14.2. A **CONTRATANTE** emitirá Notas de Empenho até o limite do valor de R$190.835,00 (cento e oitenta mil oitocentos e trinta e cinco reais), para a cobertura das despesas decorrentes do presente Contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

15.1. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos na Lei n.° 8.666/93, desde que haja interesse da Administração Pública.

15.2. Os preços firmado na Ata de Registro de Preços, originária do processo licitatório, são fixos e irreajustáveis.

15.3. Os valores firmados através dos contratados originários da Ata de Ata de Registro de Preços poderão sofrer reajuste, após o interregno de um (1) ano, conforme estabelece o inciso XXI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, mantidas as condições efetivas da proposta.

15.3.1.O reajuste em à face elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade, e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito da contratada, e não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que comprovados os elementos que efetivaram a elevação.

15.3.2.O reajuste será precedido de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços que fundamenta o reajuste, conforme for a variação de custos objeto do reajuste, e será submetido à análise técnica da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração para fins de homologação de novos preços.

15.3.3. Em havendo a admissibilidade do pleito para o reajuste de preço, a contratante utilizará como parâmetro o acumulado inflacionário do período medido pelo Índice Nacional da Construção Civil-INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3.4. É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à**CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.4.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

15.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa maisser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291

Assinado de forma digital por JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291
Dados: 2022.09.15 14:38:04 -04'00'

NGPM Fls. 183 CREDCIDADÃO

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO VALOR CONTRATADO

16.1. No interesse da Administração da **CONTRATANTE**, o valor inicial, poderá ser acrescido ousuprimido, até o limite previsto na Lei n.° 8.666/93.
16.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressõesque se fizerem necessários.
16.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto assupressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520,de 17 de julho de 2002, a Contratada que:

17.1.1. Inexecutar Total Ou Parcialmente Qualquer Das Obrigações Assumidas Em Decorrência DaContratação;

17.1.2. Ensejar O Retardamento Da Execução Do Objeto;

17.1.3. Fraudar Na Execução Do Contrato;

17.1.4. Comportar-Se De Modo Inidôneo;

17.1.5. Cometer Fraude Fiscal;

17.1.6. Não Mantiver A Proposta.

17.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à**CONTRATADA** as seguintes sanções:

17.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

17.2.2. Multa de:

17.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução otal da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado,em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

17.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação

JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Assinado de forma digital por JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Dados: 2022.09.15 14:38:17 -04'00'

NGPM Fls. 184 CREDCIDADÃO

assumida;

17.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

17.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração **CONTRATANTE** a promover a rescisão do contrato;

17.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, Estados, DistritoFederal ou Municípios, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos, conforme art 7º, da Lei nº 10.520/02.

17.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a próprioautoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**

JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Assinado de forma digital por JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Dados: 2022.09.15 14:58:29 -04'00'

NGPM Fls. 185 CREDCIDADÃO

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ouconsequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviçoscontratuais por dia e por unidade de atendimento;	02
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, porempregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	04
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem aanuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, porfuncionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, porocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda àsnecessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item epor ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos noedital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação deobrigações da CONTRATADA	01

17.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 7º da Lei 10.520, de 1993 e, subsidiariamente a do art. 87,III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

17.5.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.5.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.5.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 8.972,

JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Assinado de forma digital por JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Dados: 2023.09.11 14:38:43 -04'00'

NGPM FLS 186 CREDCIDADÃO

de 13 de janeiro de 2020.

17.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à **CONTRATANTE** serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.7.1. Caso a **CONTRATANTE** determine, a multa deverá ser recolhida no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.7.2. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente.

17.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio a proporcionalidade.

17.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração públicanacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização -PAR.

17.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirãoseu rito normal na unidade administrativa.

17.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivocometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO

18.1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

18.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

18.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE** nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada lei, notificando-se a contratada com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

18.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração da **CONTRATANTE**;

18.2.3 Judicial nos termos da legislação.

18.3. A rescisão administrativa será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridadecompetente.

18.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo,

JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291
Assinado de forma digital por JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Dados: 2022.09.15 14:38:56 -04'00'

assegurado ocontraditório e ampla defesa no termos do artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

19.1. As obrigações do presente Contrato suspender-se-ão sempre que ocorrerem circunstâncias alheias à vontade, controle e ação das partes, causadas por motivo de força maior ou caso fortuito, na forma do CódigoCivil, desde que sua ocorrência seja alegada e comprovada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

19.2. Serão considerados casos fortuitos, ou de força maior, para efeito de rescisão contratual unilateral ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a realização da entrega do objeto do Acordo no local indicado:

a) greve geral;
b) interrupção dos meios normais de transportes que impeça a locomoção do pessoal;
c) calamidade pública;
d) acidentes, sem culpa da **CONTRATADA**, que impliquem em retardamento da execução da atividade;
e) conseqüências, devidamente comprovadas, de condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais e não passíveis de previsão;
f) eventuais atrasos decorrentes de dificuldades técnicas que venham a requerer a modificação do(s)

Projeto(s) e Especificações, desde que autorizada pela **CONTRATANTE**; e

g) outros casos que se enquadrem no Parágrafo Único, do art. 393, do Código Civil Brasileiro.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - Qualquer dos motivos acima enumerados deverá ser devidamentejustificado pela CONTRATADA perante a **CONTRATANTE** , por escrito.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Sempre que ocorrerem situações que impliquem em caso fortuito ou de forçamaior, o fato deverá ser comunicado à **CONTRATANTE** , até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

20.1. O prazo de execução do objeto deste Contrato inicia-se na data de sua assinatura, encerrando-se em **12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual e sucessivos períodos, conforme disposição legal instituída no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.**

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS CÓPIAS

21.1. Do presente Contrato são extraídas as seguintes cópias:

a) uma para a **CONTRATANTE**;
b) uma para a **CONTRATADA**;
c) uma, em extrato, para publicação no Diário Oficial do Estado do Pará.

JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Assinado de forma digital por JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Dados: 2022.09.14:39:10 -04'00'

NGPM FIS. 188 CREDCIDADÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

22.1. O presente Contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazomáximo de 10 (dez) dias contados da data de sua assinatura, de conformidade com o que dispõe o art. 28, § 5º da Constituição Estadual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Todas as comunicações ou notificações relativas a este Contrato serão enviadas para os seguintes endereços:

23.1.1. **CONTRATANTE**: Rua dos Mundurucus, n.°3852, Bairro: Cremação– CEP n.° 66.063-230, Belém-Pa;

23.1.1. **CONTRATADA**: Rua Nova Palma Nº 100 QD 67, Cj. Vieiralves Nª Sª das Graças, Município: Manaus Estado: Amazonas CEP: 69053 – 578

23.2. A **CONTRATADA** declara neste ato ter pleno conhecimento e compreensão das especificações técnicas, dos documentos e demais condições contratuais, não podendo, pois, em nenhuma circunstância, alegar o desconhecimento dos mesmos para isentar-se de responsabilidade pela correta execução do Contrato;

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS COMUNICAÇÕES

24.1. As comunicações entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** serão feitas sempre por escrito, podendo ser realizadas por fac-símile ou e-mail, desde que sejam subscritos ou assinados por quem as represente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA GARANTIA

25.1. A **CONTRATADA** prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666/93, com validade durante a execução do contrato e por **90 (noventa) dias após o término da vigência contratual**, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

25.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do **CONTRATANTE**, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

25.3.A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07%(sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

25.4.O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

25.5.A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

25.6.A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

25.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não

JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291
Assinado de forma digital por JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291
Dados: 2022.09.15 14:39:23 -04'00'

NGPM
Fls. 189
CREDCIDADÃO

adimplemento das demaisobrigações nele previstas;

25.6.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução docontrato;

25.6.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e

25.6.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelacontratada, quando couber.

25.7.A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da **CONTRATANTE**, em conta específica no Banco do Estado do Pará-BANPARÁ com correção monetária, a ser informada pela **CONTRATADA**.

25.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda. **25.9.**No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

25.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustadaà nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

25.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição **no prazo máximo de 30 (trinta)** dias úteis, contados da data em que for notificada.

25.12.A **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

25.12.1. Caso haja necessidade de acionamento da garantia, a **CONTRATANTE** de promover a notificação da **CONTRATADA** e da seguradora ou da entidade bancária dentro do prazo de vigência da garantia, sem prejuízo dacobrança dentro do prazo prescricional.

25.13. Será considerada extinta a garantia:

25.13.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato;

25.13.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

25.14.O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela **CONTRATANTE** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**.

25.15.A **CONTRATADA** autoriza a **CONTRATANTE** a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291
Assinado de form digital por JULIE RODRIGO PORTO SILVA:47289481 Dados: 2022.09.1 14:39:39 -04'00'

NGPM Fls. 190 CREDCIDADÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA-DO FORO

26.1. Fica eleito o foro da comarca de Belém, do Estado do Pará, com renúncia expressa de qualquer outropor mais privilegiado que seja para dirimir todas as questões relativas ou resultantes do presente Contrato.

E, por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Contrato que, lidoe achado conforme, vai assinado pelos representantes e testemunhas a seguir, a todo o ato presentes:

Belém, 12 de setembro de 2022.

JOÃO MARCEL CAVALCANTE DA COSTA
DIRETOR GERAL DO NGPM CREDCIDADÃO

JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291

Assinado de forma digital por JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA:47289481291 Dados: 2022.09.15 14:39:54 -04'00'

JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA
Sócio REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

1. Samya Julia Souza Borges 700.169.022-89
2. 394.382.442-04

NGPM
FLS 191
CREDCIDADÃO

Imprensa Oficial do Estado

Protocolo de recebimento de matéria

Protocolo 853996

O Imprensa Oficial do Estado do Pará declara que o conteúdo abaixo foi recebido pelo Sistema e-Diário, para publicação no Diário Oficial na Categoria e Data descritas abaixo, sendo de exclusiva responsabilidade do Usuário Publicador o conteúdo da matéria e a data de publicação selecionada.

Identificação do REMETENTE

Cliente	NUCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCREDITO CREDCIDADAO
Publicador	SAMYA JULIA SOUZA
Data de envio da publicação	16/09/2022 11:34:26
Data de publicação no Diário Oficial	19/09/2022

Identificação da MATÉRIA

Protocolo	853996
Entidade	NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO CREDCIDADÃO
Categoria de publicação	Outros Atos Oficiais
Situação	Confirmada
Versão	1

Imprensa Oficial do Estado do Pará
CNPJ: 04.835.476/0001-01
Travessa do Chaco nº 2271
Marco,Belém - PA
CEP: 66093-410

Publicações e Assinaturas
(91) 4009-7801
atendimento@ioe.pa.gov.br

NGPM
Fls. 192
CREDCIDADÃO

Matéria

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 06/2022-NGPM CREDCIDADÃO

REFERÊNCIA: Processo 2021/319979, PREGÃO ELETRÔNICO SRP/DGL/SEPLAD Nº 09/2021 e Ata de Registro de Preços 13/2021.

OBJETO: Contratação de Empresa para prestação de serviços eventuais de manutenção precial, preventiva e corretiva, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos, a fim de atender as necessidades dos órgãos e entidades do poder executivo estadual, de acordo com os termos e regras instituídos no edital e seus anexos.

VALOR GLOBAL: R$ 190.835,00 (cento e noventa mil oitocentos e trinta e cinco reais).

DATA DE ASSINATURA: 12/09/2022

VIGÊNCIA: 12/09/2022 a 11/09/2023

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 960101.11.122.1297.8338.10

Natureza da Despesa – 339039

Fonte: 0101000000

CONTRATADA: P1 CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 20.755.228/0001-07.

Endereço: Rua Nova Palma nº 100 QD 67, CEP 69053-578, Manaus/AM.

Belém/PA, 16 de setembro de 2022

Ordenador da Despesa: JOÃO MARCEL CAVALCANTE DA COSTA

Diretor Geral - NGPM Credcidadão

NGPM FIS. 193 CREDCIDADÃO

SUPRIMENTO DE FUNDO

Portaria Nº 170/2022 – RH/DAF

O Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC, no uso das atribuições legais que lhe confere o Estatuto e,
CONSIDERANDO os termos do processo: 2022/1184597,R E S O L V E:
I - CONCEDER ao empregado ANDRÉ FERNANDO MOURA CONCEIÇÃO, matrícula 5898313/3, ocupante do cargo de Assessor de Comunicação, a importância de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), a fim de cobrir despesas de pronto pagamento, a ser aplicado de acordo com a classificação orçamentária abaixo:

Natureza de Despesa:	Valor:
339030 – Material de Consumo	R$ 750,00
339039 – Serviços Pessoa Jurídica	R$ 750,00

II - O período de aplicação do suprimento ora determinado deverá ser de 60 (sessenta) dias, a contar da data da emissão da ordem bancária e para a prestação de contas, 15 (quinze) dias após o término da referida aplicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se. Belém, 15 de setembro de 2022.
LUTFALA DE CASTRO BITAR-Presidente

Protocolo: 854125

DIÁRIA

Portaria Nº 169/2022 – RH/DAF

O Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC, no uso das atribuições legais que lhe confere o Estatuto e,
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/1182260; R E S O L V E:
CONCEDER diárias conforme abaixo:
COLABORADOR: EVANDRO DINIZ SOARES JUNIOR, matrícula: 5823587/5, ocupante do cargo de Gerente de Relações Institucionais e ANDRÉ DA PAIXÃO RODRIGUES, Motorista.
OBJETIVO: Participar do Seminário de Desenvolvimento Econômico junto a Prefeitura de Paragominas/PA.
DESTINO: Paragominas
PERÍODO: 27 a 28/09/22
QTDE: 1 e ½ diárias
Registre-se, publique-se e cumpra-se. Belém, 15 de setembro de 2022.
LUTFALA DE CASTRO BITAR-Presidente

Protocolo: 854114

Portaria Nº 168/2022 – RH/DAF

O Presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará – CODEC, no uso das atribuições legais que lhe confere o Estatuto e,
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/853954;
CONSIDERANDO que o processo visa tão somente a concessão de diárias de viagem para os dias de traslado/deslocamento, fora do Japão, uma vez que as passagens aéreas dos percursos e demais despesas durante o curso serão cobertas pela JICA, entidade promotora do evento. R E S O L V E:
CONCEDER diárias conforme abaixo:
COLABORADOR: VITOR HUGO FREITAS GOMES, matrícula: 5944946/1, ocupante do cargo de Assessor.
OBJETIVO: Participar do Curso de "Capacity Building of Local Governments for Development with Communicty Participation", promovido pela Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA do Brasil, na cidade de Sapporo/Japão.
DESTINO: Sapporo/Japão
PERÍODO: Ida - 23 a 26/09 e Volta - 20 a 22/10/22
QTDE: 9 diárias (2 diárias nacionais e 7 diárias internacionais)
Registre-se, publique-se e cumpra-se. Belém, 15 de setembro de 2022.
LUTFALA DE CASTRO BITAR-Presidente

Protocolo: 854135

INSTITUTO DE METROLOGIA DO ESTADO DO PARÁ

ERRATA

ERRATA

Errata da publicação do extrato do apostilamento do contrato nº 004/2022, publicada no D.O.E nº 35.117 de 16 de Setembro de 2022.
Onde se Lê:
Apostilamento ao Contrato nº 036/2021
Leia-se:
Apostilamento ao Contrato nº 004/2022
Ordenadora Presidente, Rafaela Barata

Protocolo: 854113

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATO

CONTRATO Nº 26/2022
PAE Nº 2022/863628
Contratada: DATACOSMOS CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.238.818/0001-35, com sede a Av. Brig. Faria Lima 2369, Cj 1102 – Jardim Paulistano São Paulo – SP - 01452-000.
1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de migração de servidores de bancos de dados, contemplada por um banco de horas 144 (cento e quarenta e quatro) horas, para serviços especializados em suporte e monitoração de banco de dados conforme abaixo por um período de 180 dias; a) Banco de Dados; b) Cloud; c) Monitoração remota; d) Segurança e controle de acesso;
5. CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
5.1. As despesas decorrentes dos serviços contratados correrão à conta da seguinte Dotação:
72201.23.126.1508.8238 Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação
Natureza da Despesa: 339040.00 Serv de Tecn da Inform e Comunic – PJ
Fonte: 0661 Rec da Adm Indireta (próprios/superávit)
PI: 4120008238c
Vigência: 16/09/2022 a 15/03/2023
Valor Mensal: R$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Valor Global: R$ 30.000,00 (trinta mil reais)
Data da assinatura: 16/09/2022
Ordenador responsável: Vilson João Schuber - Presidente em exercício da JUCEPA

Protocolo: 854138

NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO CREDCIDADÃO

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 06/2022-NGPM CREDCIDADÃO
REFERENCIA: Processo 2021/319979, PREGÃO ELETRÔNICO SRP/DGL/SEPLAD Nº 09/2021 e Ata de Registro de Preços 13/2021.
OBJETO: Contratação de Empresa para prestação de serviços eventuais de manutenção predial, preventiva e corretiva, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos, a fim de atender as necessidades dos órgãos e entidades do poder executivo estadual, de acordo com os termos e regras instituídos no edital e seus anexos.
VALOR GLOBAL: R$ 190.835,00 (cento e noventa mil oitocentos e trinta e cinco reais).
DATA DE ASSINATURA: 12/09/2022
VIGÊNCIA: 12/09/2022 a 11/09/2023
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 960101.11.122.1297.8338.10
Natureza da Despesa – 339039
Fonte: 0101000000
CONTRATADA: P1 CONSTRUTORA LTDA, CNPJ nº 20.755.228/0001-07.
Endereço: Rua Nova Palma nº 100 QD 67, CEP 69053-578, Manaus/AM.
Belém/PA, 16 de setembro de 2022
Ordenador da Despesa: JOÃO MARCEL CAVALCANTE DA COSTA
Diretor Geral - NGPM Credcidadão

Protocolo: 853996

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS

PORTARIA

Portaria Nº. 1209/2022, DE 15 DE SETEMBRO DE 2022.
O SECRETÁRIO ADJUNTO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto/CCG, de 07/02/2019, publicado no DOE nº. 33.800, do dia 08/02/2019 e as que lhe foram delegadas pela Portaria nº. 071/2019, de 14/02/2019, publicada no DOE nº 33.807 de 19/02/2019,
CONSIDERANDO o art. 74, § 2º da Lei nº. 5.810 de 24 de janeiro de 1994,
CONSIDERANDO os termos do Processo nº 2022/1061278, de 19/08/2022 - CONCI/SEDOP.